

4

As cidades e a globalização: os impactos da nova ordem na reestruturação produtiva e na ordem social urbana

4.1.

Informalidade e precarização: duas conseqüências no mercado de trabalho

Gohn (2006) traz um importante aspecto destas transformações que vêm ocorrendo na economia globalizada e em particular no Brasil. Para a autora, as mudanças que estão ocorrendo no processo de desenvolvimento brasileiro, desde os anos de 1990, passam pelo entendimento das transformações econômicas deste período e as novas ênfases em suas políticas sociais. Ganha destaque neste processo o mercado informal de trabalho e sua redefinição no conjunto do processo de desenvolvimento social. Com o aumento da informalidade¹⁷, as reivindicações do trabalhador deixam de ser o principal foco de luta e agora a questão básica passa a ser pela manutenção de um emprego, seja qual for. Neste sentido, o movimento sindical perdeu sua força como instituição representativa dos trabalhadores.

Desta forma, instala-se um padrão de desenvolvimento que legitima a exclusão de milhares de trabalhadores do mercado formal de trabalho¹⁸. A informalidade das relações de trabalho se justifica pela necessidade de ajuste econômico; é um modelo perverso de gestão da crise. Percebe-se na informalidade uma manifestação positiva de formas alternativas de enfrentamento da pobreza urbana. A economia informal é hoje vista como fonte de riqueza, com um potencial inexplorado de geração de trabalho e de renda para muitas famílias

¹⁷ “A Organização Mundial do Trabalho relata que, desde 1990, 85% de todos os novos empregos na América Latina e no Caribe foram criados no setor extralegal”. De Soto (2001, p.85).

¹⁸ “O déficit de emprego no mundo já atinge mais de 1,2 bilhão de pessoas que não ganham US\$ 1 por dia. Na próxima década, mais 500 milhões precisarão entrar na força de trabalho, 97% das quais nos países em desenvolvimento, uma necessidade total de ocupação para mais de um bilhão de pessoas. Um problema que não será resolvido se deixado por conta apenas das forças do mercado, a julgar pelo que vem acontecendo em todo o mundo” Sachs (2003, p. 20).

ainda que sejam apenas estratégias de sobrevivência. O aumento da informalidade pode se justificar pelo aumento do desemprego. Segundo a autora a ênfase que vem sendo dada ao setor informal de alguma forma contribuiu em parte, para que o Estado diminuísse sua participação na esfera social. Para a autora, há uma inversão nas relações, pois a informalidade é apresentada como plataforma para a retomada do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, como estratégia de desenvolvimento e elevação da produtividade.

Esta visão virtuosa da informalidade tenta suprir a incapacidade do Estado de gerenciar a crise fiscal e de intervir no mercado, que, ao aceitar as relações informais de trabalho, assim como de habitação, sejam redefinidas como conseqüências da reestruturação da nova ordem, o que leva a não mais serem percebidas como excludentes e negadoras dos direitos de cidadania. O que quero dizer, é que, assim como a favela passou a ser uma solução precária para a ausência de uma política pública de habitação, a informalidade na relação de trabalho vem se tornando uma perversa alternativa na ausência de políticas públicas de garantia do trabalho.

Segundo Sachs (2003), este quadro sempre foi perceptível no Brasil:

“Quando se olha o Brasil, vê-se que, fora da agricultura, há 8,6 milhões de pessoas que trabalham por conta-própria, ao lado de 4,3 milhões de ocupados em um milhão de empresas informais. A eles se somam agricultores familiares (4,53 milhões por conta-própria, mais 4,76 milhões não remunerados e 3,2 milhões trabalhando para consumo próprio) e operários agrícolas (4,54 milhões). Em grande parte, em atividades de baixa produtividade, condições precárias de trabalho, remuneração insuficiente para uma subsistência digna.” (Op. cit., p. 20)

Exposto o quadro da crise brasileira, Sachs propõe uma teoria para alavancar o desenvolvimento e a inclusão destes potenciais operadores de pequenos negócios. Resgatando um princípio consagrado na Constituição de 1988, ele afirma: “tratamento desigual para os desiguais”. A ênfase do autor está na necessidade de construir políticas públicas diferenciadas para atender a este público, dando-lhes condições de inserção no mercado de forma competitiva com acesso à tecnologia e ao crédito. Poderíamos recuperar aqui o argumento de Souza (2003), sobre a necessidade de se criar uma personalidade empreendedora nesta população capaz de viabilizar o seu ingresso nesta nova ordem econômica. Sachs indica algumas iniciativas que poderiam dar incremento a esta população: a)

superar as políticas setoriais, e investir em políticas afirmativas que integrem as atividades desenvolvidas por esta população à economia nacional; b) é preciso mudar o foco do desenvolvimento, saindo do modelo de ganho de produtividade sobre o trabalho, onde somente as grandes empresas lucram, significando a falência das pequenas empresas; c) transformar a baixa produtividade em oportunidade de geração de novos empregos com investimento em tecnologia, crédito e acesso ao mercado; e por último, d) auxílio às micro e pequenas empresas “*e na ampliação de oportunidades de trabalho para os autônomos do meio urbano*”. (Op. cit. p. 21).

Sachs associa esta mudança de foco ao incremento de quatro ações estruturantes para viabilizar o desenvolvimento equitativo e inclusivo: “1) as obras públicas de infra-estrutura; 2) os serviços sociais, educacionais e sanitários; 3) a construção habitacional, especialmente a da casa popular; 4) a gestão de recursos naturais. (Op. cit., p.21). Ele conclui:

“Isso levará a privilegiar a geração de empregos e auto-empregos, postos de trabalho com remuneração e condições adequadas; políticas que privilegiem a inserção produtiva de excluídos e semi-excluídos; ênfase na educação e saúde, indispensáveis principalmente para esses grupos e ainda para o aumento da produtividade.” (Op. cit. p. 25)

Considero importantes as observações feitas por Sachs, de que o autor vê na informalidade um potencial de desenvolvimento, mas destaca que este potencial precisa ser qualificado para ter condições dignas de integrar o mercado.

Aníbal Quijano (2005) percebe que desde o início da crise mundial do capitalismo no final dos anos 1960, duas teses de investigação ganharam consistência: a primeira, acerca da marginalização, que a partir dos anos de 1960, o capitalismo segue uma nova tendência nas relações capital-trabalho e que essa tendência excluía um número cada vez maior de trabalhadores do emprego assalariado estável. Este fenômeno foi caracterizado como marginalização dos trabalhadores pela sua fragilidade frente a esta nova estruturação do capital-trabalho. Muito embora não se defendesse que esses trabalhadores estivessem totalmente excluídos do capitalismo, o que se estava apontando era para a sua situação precarizada dentro da crise que se instalava.

A segunda tese se originou a partir de meados de 1973, quando a crise mundial capitalista explodiu, dando um contorno mais dramático à situação

marginal dos trabalhadores em todo mundo e, especialmente, nos países das áreas periféricas dependentes. Foi nesse contexto que se universalizou o conceito de “estratégias de sobrevivência” para um grande número de trabalhadores que estava excluído do emprego assalariado e, conseqüentemente, engrossava o contingente da população empobrecida. O resultado desta crise foi a percepção de que o tipo de desemprego que se instaurava atingindo a massa de trabalhadores, era mais do que uma questão transitória ou conjuntural, era o sinal de uma situação mais aguda, era um desemprego estrutural, que certamente teria conseqüências mais graves para esses trabalhadores. Segundo o autor, esses trabalhadores marginalizados “*converteram-se em pobres e a sua vasta população transformou-se no conjunto dos socialmente excluídos*”. Considera-se aqui que o trabalho formal é base de integração social e de ativo fundamental para a cidadania.

A conseqüência desta crise para o trabalhador foi o aumento da informalidade, o que remetia às formas de trabalho que os pobres tinham de fazer para garantir a sua sobrevivência. Neste contexto, uma parcela importante de trabalhadores voltava a se submeter às piores formas pré-salarias de exploração da sua força de trabalho. A unidade produtiva e mercantil independente, muitas vezes na própria residência, constituía a economia informal ou popular (Corragio, 1994). Esta condição da informalidade da relação capital-trabalho fez ressurgir entre os trabalhadores desassalariados (“pobres” e “excluídos”), a reciprocidade ou solidariedade, não só como meio de troca e força de trabalho entre eles, mas como estratégia de enfrentamento das desvantagens das inevitáveis e indispensáveis relações com o mercado. Este mecanismo de reciprocidade e solidariedade foi ganhando maior importância à medida que avançam as percepções da desocupação estrutural, considerando que esta política ganhou caráter mundial, resultado produzido pelo desinteresse crescente do capital em gerar algum bem social, e do limite do Estado como instrumento que pudesse suprir as falhas do mercado¹⁹, e mesmo de regula-lo. Segundo Quijano: “O

¹⁹ No pós-guerra, o Estado de bem-estar consolida-se como modelo da democracia social dominante nas economias capitalistas avançadas, malgrado diferenças não desprezíveis entre as trajetórias nacionais. Seus traços marcantes estão no papel desempenhado pelos fundos públicos no financiamento da reprodução da força de trabalho e do próprio capital, na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de políticas sociais (educação, saúde, previdência, etc.) era na expansão do consumo de massa, padronizado, de bens e serviços coletivos” (Vianna, 2000, p. 18).

recurso crescente à reciprocidade é uma nova tendência da resistência e estratégia dos trabalhadores e implica a entrada de um outro momento do novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo”. Continua o autor:

“[...] são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o conseqüente comportamento da realidade o que leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam a reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias da sua existência social, poderão defender-se melhor do capital e, inclusive, poderão aproveitar as regras capitalistas de mercado.” (pág.486)

Jose Luis Coraggio (1992) vê como potencial a ser explorado a construção de uma economia popular como alternativa e estratégia de desenvolvimento e transformação social, desde que essa economia seja autônoma em sua reprodução material e cultural, com capacidade de auto-sustentabilidade e de autodesenvolver-se.

Corragio ressalta que este processo deve ocorrer em articulação direta e aberta com a economia capitalista. Seguindo este caminho identificado por Corragio, podemos verificar que, no Brasil, duas vertentes ganharam força neste contexto de mudanças que envolvem o cenário social nos anos de 1990: o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas com e pelo poder público, principalmente no âmbito do poder local. Desta forma, o Estado se libera da regulamentação da economia, e da sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação das ONGs, em projetos de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Desta articulação tem surgido experiências de trabalho cooperativo no setor terciário da economia, no âmbito informal.

Corragio observa ainda um outro aspecto que este sistema produtivo mundial vem produzindo, como uma mudança no perfil de mão-de-obra, mesmo em setores considerados tradicionalmente de menor exigência educacional, como o da construção civil, no qual o operário passou a ser um “encaixador de peças” pré-moldadas produzidas em canteiros de obras especializados. Diz ele: “[...] O trabalhador deve saber ler para poder decifrar os códigos das plantas e planilhas de produção”. O sistema produtivo mundial hoje é fragmentado e altamente

competitivo, exigindo cada vez mais qualidade e preço competitivo dos produtos. Este mesmo sistema vem gerando mais miséria porque reduz o número de trabalhadores por unidade produtiva, portanto desemprego em massa.

Trago nesta parte do texto alguns argumentos de Maria Lucia Werneck Vianna (2000), nos quais a autora faz uma análise da condição do Brasil no ingresso desta nova ordem. Olhando pelo aspecto da proteção social, sobre o que ela tece o seguinte comentário:

“A seguridade social consiste justamente num pacto pelo qual os desiguais habitantes de um país reconhecem na cidadania uma medida de igualdade, não apenas formal, mas substantiva, que a todos capacita ao gozo do patrimônio comum de uma vida digna e civilizada. E o Estado moderno, pelo seu caráter de arena pública, vale dizer, referência de todos os membros da comunidade política, é a “espada” que protege este pacto, o guardião dos direitos coletivos”. “A Constituição de 1988, progressista e democraticamente incluiu a terminologia da seguridade social. Não logrou, contudo, dar conteúdo a sua dimensão simbólica, e muito menos, fazer vigir a solidariedade que lhe é inerente.” (Op. cit., p. 11)

A observação de Vianna é pertinente, pois recoloca no quadro atual da crise o debate sobre a garantia do mínimo para viver com dignidade. Não obstante, ela observa que o nosso modelo de *welfare state*, proposto na Constituição de 1988, que ela define como “ótimo abstrato”, transformou-se no “péssimo concreto”. O fato é que a universalização, em específico, os serviços de saúde, ficou direcionado para atender a população de baixa renda, com uma qualidade ruim, induzindo a classe média a buscar no mercado este tipo de serviço. Este é apenas um exemplo do nosso quadro diante da atual crise onde fatores diversos cooperam para agravar ou minorar os seus efeitos. A autora observa que a privatização de alguns serviços públicos e a seletividade na oferta de outros, compõem a dinâmica que vem alterando a face do Estado de bem-estar em muitos países inclusive o Brasil.

Vianna observa que diante da crise atual, algumas alternativas emergem como possibilidades de redução dos efeitos tanto no mercado de trabalho, quanto na diminuição da participação do Estado no provimento das necessidades de seus cidadãos. São iniciativas que aparecem fora do escopo do mercado e das esferas estatais, abraçadas pelas organizações comunitárias, movimentos sociais, etc. Esta modalidade de iniciativa tem caráter de uma cidadania solidária do que são exemplos os trabalhos cooperativistas. Segundo a autora, seria uma prática social

engendrando um tipo de bem-estar promovido pela sociedade civil, que complementarmente o modelo de bem-estar promovido pelo Estado, onde o mesmo manteria seu papel de regular as relações entre o público e o privado, com subvenção as iniciativas que promovam a justiça social, e contribuam para criar um ambiente mais homogêneo social e economicamente.

No entanto, a autora indaga a nossa estrutura de sociedade, se este tipo de iniciativa teria ambiente favorável para seu florescimento, ou mais, de suprir o estoque de necessidades sociais acumuladas ao longo da nossa história. Acho pertinente citar seu argumento, ainda que longo, mas que traduz um retrato do Brasil em preto e branco:

“Herdeiro habitual de modismo de segunda mão, o Brasil recebe os despojos da crise: a face mais arrogante do neoliberalismo e a teimosia acrítica da argumentação que o rejeita. De uma parte, a panacéia do mercado aparece como a grande invenção da modernidade, escamoteando o dado de que um contingente considerável de pessoas sequer pode aspirar a dele participar; nessa linha, ao privilegiar políticas de estabilização monetária, sucessivos governos lavam as mãos diante das desigualdades que esgarçam o tecido social e fecham os olhos aos milhões de descamisados, descalços e desassistidos. No lado oposto, a idealização de um Estado tido como capaz de fornecer saúde, educação, segurança social para todos apenas porque é o Estado, subestima o imperativo de averiguação das características que o especificam; afinal, porque a existência legal de uma seguridade social ao estilo europeu não se converte em realidade?”
(Op. cit., p.13)

De fato, observa-se no quadro brasileiro a ausência de fatores importantes para a consolidação de uma esfera pública participativa e democrática, nossa inspiração na social-democracia europeia não consistiu na equalização de aspectos fundamentais para o funcionamento de uma economia de mercado, possibilitando a integração de interesses dos trabalhadores, dos agentes privados do mercado e do poder público. Segundo Vianna, nosso modelo de *welfare state* seguiu um padrão que ela define como “*americanização*” do nosso sistema, onde os chamados *lobbies* atuam na intermediação dos interesses, substituindo as instituições representativas dos diversos interesses sociais, em particular aquelas que organizam o conflito do capital e do trabalho. Estes *lobbies* disputam interesses pontuais e fragmentados e segundo a autora, foi esta a forma de representação que prevaleceu durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987 a 1988. Vianna ainda observa que este padrão de representação preservou as antigas estruturas de representação dos mesmos

grupos de interesse, em que os grupos de maior poder aquisitivo mantiveram sua interlocução direta com o núcleo de decisão política do governo. Sua hipótese é a de que este padrão de representação permite analisar como o *welfare State* foi proposto e executado no Brasil, sofrendo a influência destes grupos de interesses.

4.2.

A reforma do Estado e sua relação com a sociedade

Antes de entrar efetivamente no tema do Empreendedorismo Social, considero importante contextualizar historicamente a teoria e a prática que movem as forças sociais e intelectuais que têm se debruçado sobre o assunto. Desta forma, também faço um recorte no campo das idéias com as quais pretendo aqui dialogar sobre alguns pontos, construindo um caminho que me permita pensar o conceito e as práticas do empreendedorismo social produtivo no Brasil.

Basicamente, o tempo histórico que vou me referir, se situa a partir da grande crise econômica no início dos anos 1980 que, segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (1998), provocou a crise do Estado em quase todo o mundo, tanto do modelo político da social-democracia, quanto do modelo do *welfare state*. A crise do Estado se verifica a partir de alguns aspectos, tais como: a forma de intervir no social e no econômico; crise fiscal: o Estado perde sua capacidade de gerar poupança interna e crédito público; perde também a capacidade de investimento e de intervenção na sociedade; além da crise gerencial e burocrática da administração do Estado. Esta crise do Estado afeta diretamente os ganhos de salários da população, pois a economia entra em processo de estagnação, já que o que tínhamos como motor de desenvolvimento era o Estado de Bem-Estar Social (Primeiro Mundo), o Estado Comunista (Segundo Mundo) e o Estado Desenvolvimentista (Terceiro Mundo), onde se enquadra o Brasil e a América Latina. São estes modelos de Estado que entram em crise e que agora se vêm obrigados a fazer uma reforma na sua maneira de gestão, para enfrentar o processo de globalização que coloca em xeque a autonomia dos Estados.

Bresser Pereira analisa as duas alianças ideológicas que foram formuladas como mecanismo de reforma do Estado, com real influência da nova dinâmica do mercado global, como resposta à crise:

“Chamarei a primeira coalizão de “aliança liberal” e a segunda de “aliança social-liberal”. Em ambas, aparece o termo liberal, porque as duas partem do pressuposto de que o mercado livre, no qual agentes econômicos competem, é uma maravilhosa instituição coordenadora das ações humanas. Sempre que for possível dar liberdade aos indivíduos e às empresas para agirem no mercado, tenderemos a ter uma alocação de recursos mais eficiente e um incentivo maior à criatividade e à inovação. Na segunda aliança, entretanto, aparece a expressão “social”, para deixar claro os limites do mercado e salientar a importância da coordenação complementar pelo Estado e pela própria sociedade.” (Bresser Pereira, op. cit.)

A aliança liberal ganha forma prática a partir do colapso do México em 1982, que acumulava uma dívida externa altíssima, e foi obrigado a adotar fundamentos macroeconômicos: ajuste fiscal e desvalorização cambial; e reformas direcionadas com ênfase no mercado: abertura comercial, privatização das empresas e desregulação do mercado de trabalho. A aliança liberal determinava um Estado mínimo, e determinava ao mercado o pleno controle da economia. Desta forma, radicalizava-se o receituário neoliberal, tirando do Estado qualquer função produtiva e de controle da economia; no campo social, o Estado agiria com políticas compensatórias direcionadas para alguns serviços. Ao Estado ficava apenas o papel de garantir a propriedade e os contratos.

No início dos anos de 1990, ficou claro que esta política neoliberal chegava ao seu limite, já que a realidade demonstrava a ineficiência desta receita. A aliança social-liberal (identificada com a esquerda moderna) reconhece a crise do Estado, e tem como proposta a sua reforma, para que ele se torne menor, porém, mais eficiente. Reconhece também que não cabe ao Estado manter uma estrutura produtiva, mas uma estrutura de governança capaz de ter uma política fiscal eficaz e sadia, com uma poupança pública que lhe permita investir em políticas sociais adequadas e direcionadas e, ainda, uma burocracia profissional e eficiente do ponto de vista de uma administração de resultados. Da mesma forma que a aliança liberal adotou os fundamentos macroeconômicos, a aliança social-liberal também seguiu a receita de realização de políticas voltadas para o mercado, mas sabendo que o mercado auto-regulável de ideologia neoliberal, não garante o desenvolvimento, o equilíbrio e a paz social. Desta forma, a aliança social-liberal definia que o Estado precisava manter um nível de interferência e controle para corrigir os erros do mercado. Nesta reconstrução do Estado social-liberal, a administração pública adotaria um papel de regulação e facilitação principalmente

no desenvolvimento social, bem como na gestão dos serviços de saúde, educação e cultura, fazendo parcerias com organizações públicas não-estatais.

Para Bresser Pereira (Op. Cit.) o que está em curso de implantação é o Estado Social-Liberal: com garantia dos direitos sociais e desenvolvimento econômico; que utilizará os controles do mercado por meio de organizações públicas não-estatais competitivas na realização dos serviços sociais e científicos. O mercado de trabalho será mais flexível e capacitado para atender às inovações tecnológicas na competição internacional.

Bresser Pereira faz uma análise da crise brasileira, visitando o processo de redemocratização do país a partir da Constituição de 1988, que ele considera um retrocesso burocrático e populista. Para o autor, nossa crise começa com a crise do petróleo em 1979, neste período o Estado brasileiro não tem mecanismo de governança para coordenar o sistema econômico. Assim como nos outros países, mais especificamente nos países latino-americanos e do leste europeu, a crise tem fundamentos de: crise fiscal, modo de intervenção do Estado e uma crise burocrática da administração do Estado. Quanto à crise fiscal ou financeira significou o esgotamento do financiamento do Estado pelo crédito público e pela poupança interna com saldo negativo. A crise de intervenção na economia ficou demonstrada pelo fim do modelo protecionista implantado nos anos de 1930 à 1950, que dinamizou a industrialização com o modelo de substituição de importações, com êxito neste período, mas que, já nos anos de 1960, demonstrava a falta de competitividade de algumas empresas brasileiras. Esta forma de intervenção do Estado também se mostrou ineficaz em tentar implantar no Brasil um Estado de Bem-Estar nos moldes da social-democracia européia.

Com a Constituição de 1988, o Brasil retoma o caminho da democracia transformando a base de relacionamento entre o Estado e a sociedade. Tanto a reforma proposta por Bresser Pereira ganha espaço e concretude na mudança que opera na estrutura do Estado e de suas políticas, quanto da parte da sociedade, que passa a ser mais dinâmica e plural. A sociedade passa a exigir do Estado um papel mais eficaz na gestão das desigualdades sociais e que exerça um papel de controle sobre as transformações que ocorrem no campo da economia.

A Constituição de 1988 abre novamente o espaço público para os diversos atores sociais que já vinham se constituindo durante o período da ditadura, como os grupos organizados pela Igreja Católica, as comunidades eclesiais de base, as

associações de moradores nos bairros, reivindicando melhorias sociais de infraestrutura (Kowarick, 2000). A nova constituição traz mudanças significativas na esfera política, retorno da democracia no Brasil e a promessa de universalização dos direitos sociais - previdência, saúde, educação - priorizando a garantia de cidadania a todos os brasileiros. É importante ressaltar que a democracia política não resolveu os problemas econômicos deixados pelo regime militar: as desigualdades sociais e o desemprego, os déficits sociais de educação, saúde e saneamento básico, e a insegurança nos grandes centros urbanos, colocando o Estado como o principal agente de gestão deste processo.

Estado estava assumindo maior responsabilidade com seus cidadãos, com o compromisso de ampliar o acesso aos bens de consumo coletivo (educação, saúde, segurança, saneamento básico, habitação, trabalho) Nesse sentido, o Estado aumentava sua participação na construção da cidadania.

Mauricio Dias David (1995), ao analisar o nosso período desenvolvimentista, verifica que um dos objetivos básicos do desenvolvimento econômico não foi cumprido pela política econômica brasileira, que seria o de “*aumentar o bem-estar da população, proporcionando a satisfação das suas necessidades básicas e suavizando as desigualdades de acesso a bens e serviços por parte dos diferentes setores sociais*”. O autor argumenta que este modelo econômico criou uma sociedade marcada pelo “dualismo social: de um lado, vive-se uma moderna sociedade industrial, que por seu lugar social consegue garantir seus direitos de cidadania, e de outro lado [...] em condições de marginalidade na área urbana”.

Mauricio Dias conclui que apesar de um longo período de desenvolvimento econômico as desigualdades sociais não foram resolvidas:

“O fato de que a situação anteriormente descrita seja constatada após um período de excepcional desempenho da economia brasileira que, nas décadas de 50, 60 e 70, se caracterizou por um notável dinamismo atingindo taxa anual média de aproximadamente 7%. Durante o período chamado de “milagre econômico”, de 1967 a 1973, a média anual de crescimento atingiu a 11,2%. Mesmo após a recessão mundial que se seguiu ao choque do petróleo (1973), o crescimento econômico manteve-se, entre 1973 e 1980, compatível com a média histórica de 7%.” (Op. cit. pág. 135)

As duas análises acima citadas rebatem sobre a estrutura de organização de Estado, sociedade e mercado que vigora no Brasil, dando um quadro emblemático

diante dos desafios impostos pela reforma do Estado e pela reestruturação produtiva com a globalização da economia. O cenário reforça as indagações sobre o ponto de partida da maior parcela da população brasileira, que não dispõe dos requisitos básicos, quero dizer de ativos sociais importantes para enfrentarem este processo.

Sobre estes aspectos dos ativos sociais a que me refiro: saúde, educação, habitação e transportes, o trabalho de Sônia Miriam Draibe (1989) ajuda a compreender melhor este cenário e os impactos das mudanças estruturais que ocorrem no período que estamos tratando. Draibe apresenta um quadro sistemático do modelo de *welfare state* no Brasil e, ao mesmo tempo, tece uma análise deste modelo apresentando sua dinâmica no contexto social, econômico e político.

Sua definição de Welfare State traça um quadro mais geral, antes de entrar no modelo específico brasileiro:

“Por welfare state entendido, no âmbito do Estado Capitalista, uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a Economia, entre o Estado e a Sociedade [...]. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração ou substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, configuram um determinado volume de “salário indireto”, ao mesmo tempo em que regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e o salário da economia, afetando portanto, o nível de vida da população trabalhadora. Concretamente, trata-se de processos que, uma vez transformada a própria estrutura do Estado, expressam-se na organização da produção de bens e serviços coletivos, na montagem de esquemas de transferência sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação da produção e de bens e serviços sociais provados.” (pág. 8)

Em síntese, esta é a definição do *welfare state*, um tipo ideal que será utilizado como política de Estado para regular as forças sociais dentro do capitalismo, procurando dar um equilíbrio aos múltiplos interesses dos diversos segmentos em disputa pelos bens públicos coletivos e também materiais. No sentido de equilibrar os interesses, cabe então ao Estado estabelecer o sistema de mérito para que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso aos bens em disputa. Não obstante, o *welfare state* é o ponto de equilíbrio de uma economia capitalista, já que ele funciona como um mecanismo de pacificação dos conflitos

entre o capital e o trabalho, possibilitando que os trabalhadores tenham garantidos os meios de reprodução da sua força de trabalho.

Draibe diz que o sistema de mérito entendido como: *posição ocupacional e de renda adquirida no nível da estrutura produtiva*, base da implantação do *welfare state* no Brasil, e que vigora até hoje, acabou mantendo a desigualdade na nossa sociedade. Começando pelo sistema da previdência e assistência social, este critério serve para entender as outras áreas de aplicação da política social no Brasil: a distribuição dos bens e a igualdade de direitos entre os cidadãos. Os mínimos sociais (saúde, educação, saneamento básico, trabalho, habitação) se apresentam de forma escassa ou ineficiente, o que fragiliza a relação do Estado com o mercado e a sociedade, impondo à população, principalmente os mais pobres, os custos de uma política social precária, ou “minguada”, termo usado pela autora.

A autora observa que neste cenário de carência de uma política social mais eficiente, o que surgiu desde a introdução do sistema no Brasil, em invés da universalização dos direitos e dos mínimos sociais, foi uma política assistencialista (LBA e FINSOCIAL), duas agências de assistências a grupos específicos definidos pela faixa salarial. E uma outra com viés corporativista e clientelista (IAP), que são os institutos de aposentadoria e pensão dos segmentos ligados à burocracia do Ministério do Trabalho.

Para melhor entender a dinâmica e a reprodução do sistema implantado, a autora identifica alguns princípios que deram a base ao sistema:

- A centralização a nível federal da política e das finanças das ações sociais: ocorre uma desapropriação da capacidade dos estados e municípios de intervirem no social;
- A multiplicação de diferentes formas de instituições públicas, com conseqüências desastrosas para a organização de políticas no campo social;
- A população foi excluída da participação e das decisões políticas e sociais: *“o movimento de centralização e fragmentação burocrático e autoritário suprimiu ou evitou a participação de sindicatos, partidos e movimento sociais em todos os domínios das políticas sociais”*;

- O princípio do autofinanciamento do investimento social criou fundos financeiros específicos para cada setor. Desta forma, o investimento social ficou submetido à rentabilidade do setor privado para financiar a política social;
- A privatização de alguns setores abriu caminho para a entrada da iniciativa privada na oferta de serviços sociais, por exemplo: educação e saúde, desta forma, o Estado diminuiu sua participação nestes setores, e
- O uso clientelístico da máquina social, onde a falta de controles públicos permite que o governo gaste e aplique os recursos sem compromisso com os resultados. Desta forma, este mecanismo tem favorecido a governos e partidos “um inestimável recurso de poder” (Op. cit., pp. 11-13).

Para finalizar sua análise da implantação do Estado de Bem Estar Social no Brasil, a autora direciona seu olhar para a estrutura do mercado de trabalho, e afirma que o pano de fundo deste cenário é *o caminho conservador de “progresso” social trilhado pelo capitalismo brasileiro*. Deste caminho de progresso ela destaca três aspectos: 1) acelerada e profunda transformação da estrutura social; 2) transformação na estrutura de emprego de mobilidade social ascendente; 3) pagamentos de baixos salários para uma maioria de trabalhadores - muitos estão em sub-empregos, tanto nas cidades como no campo, em situação de marginalidade. Draibe define o projeto social brasileiro como: *de mobilidade com desigualdade extrema*. Num comparativo com outros países que adotaram este sistema ela diz:

“Ora, essa situação é inteiramente distinta do quadro histórico dos países desenvolvidos. Como se sabe, as políticas sociais de bem-estar social surgem simultaneamente a uma situação de pleno emprego que, acompanhada de uma subida persistente do salário real, eleva os níveis de vida da esmagadora maioria da população. Aqui, não. Para a grande maioria, os salários são baixos e para uma parte expressiva não há empregos regulares. Várias são as conseqüências dessas nossas especificidades.” (Op. cit., p. 15)

Percorrida esta análise da implantação do sistema, a autora passa para um outro quadro que ela define como período de inovação ou mudança no padrão de

proteção social no Brasil. Draibe destaca três aspectos: a) no plano político institucional, uma tendência à descentralização administrativa dos processos, com ênfase no municipalismo e localismo. Esta tendência tem sido vista com um princípio ideológico associado aos processos democráticos. A extensão do processo de municipalizar as políticas sociais, tem provocado, segundo a autora, um questionamento sobre esta tendência do *welfare state* no mundo; b) a elevação da participação popular nos processos decisórios, na elaboração e implantação das políticas sociais. Percebe-se neste movimento uma atitude mais ativa na articulação do espaço e da trama social; c) ocorre aqui um reordenamento da dinâmica entre o Estado e o setor privado lucrativo e o setor privado não lucrativo, no campo das políticas sociais. Estabelece-se uma inovação nas formas de produzir e distribuir os bens e serviços sociais. Neste novo contexto surgem as formas alternativas de atender às demandas sociais. Alteram-se assim as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, criando novas formas de “solidariedade social”.

Pretendo retomar o diálogo com Draibe no final deste capítulo, onde quero pensar as alternativas à crise atual, que vem causando profundas transformações no mundo do trabalho. As citações que seguem apontam várias visões de um mesmo cenário, com hipóteses e diagnósticos que ajudarão a ver o quadro de ângulos diversos.

Ermínia Maricato (2007) tem uma outra perspectiva deste período de mudança de paradigma do modo de produção, que se inicia a partir dos anos 1970. A autora analisa principalmente os efeitos desta crise do Estado e da implantação das novas políticas sobre a vida da população.

“[...] Flexibilização é uma das marcas da mudança que se inicia nos anos 1970 visando a acelerar o tempo do giro do capital: flexibilização da estrutura produtiva em relação ao território, flexibilização da organização da unidade de produção (que se fragmenta), flexibilização nas relações de trabalho, flexibilização e diversificação dos produtos, flexibilização dos mercados [...]”
(Op. cit., p. 54)

A globalização da economia impõe um novo modelo de sistema produtivo, baseado em flexibilidade e maior lucro. O capital produtivo perde lugar para o capital especulativo, que busca maior remuneração no curto prazo; as grandes empresas buscam implantar suas unidades produtivas onde as regras de trabalho

são mais flexíveis, o que torna a mão-de-obra mais barata; a produção ganha maior escala, aumentando a produtividade das unidades fabris espalhadas pelo mundo; o mercado global passa a consumir cada vez mais, e produtos agora são produtos globais.

Maricato (Op. cit) faz uma observação importante quanto ao impacto da globalização que aprofunda e diversifica a desigualdade numa sociedade histórica e tradicionalmente desigual como a brasileira. Para ela, existe uma significativa diferença em *“iniciar o processo de reestruturação produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou de direitos universais relativamente extensivos, em vez de uma base na qual os direitos são privilégios de alguns”*. Sua crítica está direcionada para a forma como a sociedade brasileira se estrutura, com um alto nível de desigualdades sociais, o que fragiliza a capacidade de reação ou de neutralização dos efeitos desta crise.

Ela destaca que, passado o momento de encantamento com a globalização e suas promessas, vem então a realidade cruel com aumento do desemprego, recuo nas políticas sociais, aumento da desigualdade, etc. A exclusão social que no Brasil já é uma marca da nossa história, ganha contornos mais dramáticos com o processo de globalização; bairros e cidades são postos de lado, por não apresentarem importância econômica dentro da nova ordem. Desta forma, as populações destas áreas são afetadas diretamente por este processo de exclusão. A desigualdade se diversifica e se aprofunda, levando em conta que o nosso ponto de partida para este novo processo é bastante desigual em comparação com os Estados Unidos e alguns países europeus (França, Inglaterra, Alemanha). No caso brasileiro, a reestruturação do capital irá favorecer aos privilegiados que têm sua cidadania garantida pelo Estado.

José Luís Fiori (2000), também faz uma análise da crise provocada pelos fluxos de capital e da globalização da economia, considerando os seguintes aspectos: a crise da dívida externa que atingiu inicialmente o Chile, nos anos 70, e o resto da América Latina. No Brasil em particular, ela se prolongou no estrangulamento financeiro do Estado e na hiperinflação do final dos anos 80: teria gerado uma reviravolta ideológica que levou suas elites econômicas e políticas a trocar seu projeto desenvolvimentista, que sustentaram depois da Segunda Guerra Mundial, pela nova utopia neoliberal da universalização e

homogeneização da riqueza capitalista, por meio dos mercados globalizados e “auto-regulados”.

Fiori faz um comparativo com a média do crescimento de todo continente latino americano, dos anos 80 até início dos anos 90, que ele chama de decênio liberal. Neste período, a média do crescimento ficara em menos de 3% quando foi de 5,5% anuais durante os 30 anos de “populismo econômico desenvolvimentista”. No Brasil, a média anual de crescimento, entre 1945 e 1980, ficou entre 7% e 8%, e a taxa da década neoliberal será ainda menor do que a da “década perdida” dos anos 1980. Para Fiori, o mais dramático é que dezoito anos depois do início da crise da dívida externa de 1982, o Brasil e a região da América Latina continuavam com índices de pobreza e miséria vários pontos percentuais acima dos prevacentes no início dos anos 1980.

Segundo Fiori, as políticas do credo liberal em paralelo com a globalização têm provocado um aumento exponencial do desemprego, da miséria e da exclusão social. Este receituário de “equilíbrios macroeconômicos” tem levado os Estados a abandonarem as políticas sociais de caráter universalista, num momento de estagnação e escasso crescimento econômico que não consegue criar a quantidade de emprego necessária para absorver a mão-de-obra disponível. O resultado é o surgimento de uma geografia econômica que vem sendo redesenhada e aos poucos vai surgindo uma nova configuração espacial de áreas isoladas e dinamizadas por sua integração global, como Fiori chama de “*region states*”, como ilhas de prosperidade cercadas por enormes áreas caracterizadas por sua estagnação econômica e desintegração social.

4.3.

As transformações no mercado de trabalho nos centros urbanos

Luiz César de Queiroz Ribeiro (2004) observa as conseqüências deste sistema que desmontou o modelo desenvolvimentista e que provocou um desafio enorme à nossa participação neste novo modelo de produção requerido pela economia globalizada. Para o autor, o aprofundamento da globalização e da reestruturação produtiva vem criando incertezas sobre o futuro das grandes cidades, principalmente, nos países periféricos. O resultado disso é o aumento do

contingente de trabalhadores desempregados ou de empregos precários, aumentando ainda mais o nível de pobreza, o adensamento das habitações em favelas e outras áreas da cidade. Outro aspecto desta incerteza se soma à exacerbação da violência que atinge a população urbana no seu direito mais básico enquanto cidadão, o direito de ir e vir na cidade, ficando interdito pela insegurança imposta por grupos armados que operam na cidade em vários territórios dominados por facções criminosas do tráfico de drogas ou milícias.

Carlos A. de Matos (2004) argumenta que este novo modelo de produção - baseado na alta produtividade com baixos salários, poucos postos de trabalho e utilização de alta tecnologia - cria cada vez mais uma polarização da estrutura ocupacional, gerando desigualdade salarial decorrente da ocupação territorial específica. O conceito de “efeito de lugar”, de Bourdieu, fica bem explícito nesta argumentação de Matos. Segundo Matos, existe uma concentração deste processo de desenvolvimento, que concentra de forma desigual tanto as atividades mais dinâmicas como o trabalho menos qualificado nas regiões metropolitanas. Existe um consenso sobre este aspecto da polarização do trabalho mais qualificado e do trabalho menos qualificado, que ganha contornos dramáticos nas cidades, impondo ao trabalhador menos qualificado condições precárias de trabalho, o que lhe causa impedimentos ao exercício da cidadania no acesso à cidade. A cidade é, por excelência, o lugar do exercício da cidadania, que se vincula diretamente com o acesso ao trabalho formal, em última análise, segundo o autor, os efeitos do processo de reestruturação produtiva vêm causando a polarização e a segmentação da estrutura social produzindo o que ele chama de cidade dual.

Sobre este aspecto da reestruturação econômica global, mas que também é local, interessa-nos pensar a partir da análise empírica de algumas comunidades (Rocinha, Maré, etc.), significando a exclusão dos mais pobres dos direitos básicos de cidadania e os efeitos desta exclusão sobre as possibilidades reais de acesso ao trabalho e à renda.

Quase todas as cidades são afetadas pelo processo de globalização, o que de alguma forma implica na reestruturação da produção e do mercado de trabalho formal. O ponto que nos interessa é compreender a natureza e o alcance da influência deste processo em algumas comunidades na metrópole do Rio de Janeiro. Embora as cidades não adotem um padrão ou um modelo único dentro deste processo de globalização, algumas mudanças tendem a ocorrer em todas

elas, por consequência das transformações impostas pela nova dinâmica do capital. Considero importante identificar quais são essas mudanças.

Destaca-se a preferência das grandes empresas pelas áreas metropolitanas principais, provocando o surgimento de um novo tipo de cidade. Segundo Matos, observa-se uma nova dinâmica na economia metropolitana, uma mudança fundamental na reestruturação de seus mercados de trabalho, e por que não dizer, uma maior dispersão territorial das atividades produtivas, buscando as regiões com maiores investimentos em ativos públicos, principalmente de infra-estrutura. Por fim, um outro aspecto de mudança a partir desta dinâmica, é a mudança de enfoque na gestão e no planejamento urbano, que afetou de forma direta a estrutura social e a ocupação territorial dessas cidades. O autor ainda ressalta que várias pesquisas e estudos sobre as metrópoles latino-americanas, constataram dois aspectos como consequência deste processo: 1) a polarização e segregação social e 2) uma maior expansão metropolitana, com “*tendências de suburbanização. Periurbanização e policentrismo*”. No primeiro capítulo de nosso trabalho já discutimos como esse fenômeno vem ocorrendo na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, algumas cidades como Nova York, Londres, Tóquio, e por que não citar Rio de Janeiro e São Paulo, se tornaram tão importantes ou mais que o próprio Estado, pela condição de centro de negócios essenciais para a nova dinâmica do capital global, esta interação entre uma rede de cidades espalhadas mundialmente possibilita, segundo o autor “*a organização e otimização das funções da valorização do capital em escala global*”.

Vera da Silva Telles (2006), analisando a cidade de São Paulo nesta nova dinâmica da economia global, observa que a cidade vem passando por transformações no conjunto de sua paisagem urbana com alterações que ganham forma e evidência perceptíveis nas últimas décadas. Transformações estas que afetaram o Estado, a economia e a sociedade. Nesta nova configuração urbana os espaços e os equipamentos estão codificados de tal modo que é possível perceber empiricamente a circulação e distribuição da riqueza que neste contexto se tornou ainda mais desigual. Seguindo a mesma linha de observação dos autores já citados, Vera Telles observa as mudanças no mercado de trabalho e nas formas de emprego: precário para muitos e também no que ela chama de “*legiões de sobrantes do mercado de trabalho*”. São aqueles que não conseguem mais

emprego pela sua condição de fragilidade social: baixo nível de escolaridade, falta de qualificação profissional nas novas tecnologias e rede social diminuta. A paisagem da cidade sofreu grande interferência desta nova fase do capital: revolução tecnológica e os serviços de ponta. Neste contexto uma pequena parcela da população da cidade tem acesso aos “*grandes equipamentos de consumo coletivo e a privatização de espaços e serviços urbanos*”. A autora identifica esta infra-estrutura com as grandes fortalezas da cidade global, sem contar os condomínios de alto luxo que vão surgindo na paisagem da cidade, como uma nova forma de sociabilidade que se desvincula dos espaços públicos. Os novos condomínios são equipados com vários serviços e amplas áreas internas, segregando a classe média, Tereza Caldeira (2003), já falava da nova segregação em São Paulo, com a tendência dos condomínios horizontais.

Se, de um lado, uma parte da cidade assume uma nova fase de modernização na esteira da globalização, o outro lado da cidade segregado, assume o contraste, onde crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana, são as áreas ignoradas tanto pelo capital privado, como pelas políticas do Estado. Vera Telles (2006) argumenta que nestas áreas está ocorrendo uma versão brasileira das “metamorfozes da questão social”, como consequência também desta reestruturação do capital: “[...] *O fato é que também aqui, no lado pobre (e expansivo) dessas recomposições, o mundo social está alterado*”. A dura realidade do trabalho precário e/ou informal e do desemprego prolongado tem mobilizado internamente nestes lugares pobres, uma rede diversificada de iniciativas comunitárias por meio de ONGs e associações, em parceria com os programas sociais de governo e de empresas privadas, que se multiplicam pelas periferias afora. São estas instituições de caráter comunitário que têm operado projetos dentro de uma nova lógica gestonária do chamado empreendedorismo social, que capta recursos por meio de parcerias e convênios dos poderes públicos e das instituições privadas que atuam com responsabilidade social ou como “filantropia empresarial”.

Segundo a autora, ainda se sabe pouco sobre as mudanças ocorridas causadas pelo processo em curso, e como este redefine a dinâmica social, sua estrutura e suas hierarquias, o papel dos atores, suas práticas urbanas e o acesso à cidade. Vera Telles argumenta

“[...] Vistas por esse lado, as realidades urbanas vêm apresentando desafios consideráveis. As referências gerais sobre emprego e desemprego, sobre transformações sociodemográficas e formas de segregação urbana esclarecem pouco sobre configurações societárias que fizeram embaralhar as clivagens sociais e espaciais próprias da “cidade fordista”, com suas polaridades bem demarcadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado formal e mercado informal.” (Op. cit., p. 13)

Vera Telles procura ler essas mudanças por meio das trajetórias urbanas de indivíduos e suas famílias. A autora segue um percurso exploratório para analisar os grupos de famílias estudadas por ela e sua equipe, se distanciando das explicações gerais sobre a “cidade e sua crise”, e também de categorias já tipificadas dos pobres urbanos e excluídas do mercado de trabalho. Seu objetivo é compreender como esses indivíduos e suas famílias se relacionam nos espaços urbanos. Um ponto que consideramos importante no argumento da autora, é que mesmo enfrentando situações adversas: limites materiais e imateriais, pontos de tensão e enfrentamento, esses indivíduos e suas famílias, de alguma forma circulam nos espaços sociais mais diversos: *“transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano”*.

A cidade vai sendo redesenhada por um novo traçado das novas relações sociais e pelos percursos urbanos dos indivíduos e seus grupos familiares. Para a autora, a cidade não é *“contexto dado, geral e homogêneo, para situar “casos” e explica-los em suas situações”*. Mas são vários os contornos que a cidade ganha, delineada nos contextos múltiplos construídos pelo jogo tenso e conflitivo dos atores sociais e suas relações.

Vera Telles (2006) por esta perspectiva, analisa a realidade das novas relações de trabalho e do não-trabalho, quais as conseqüências do desemprego prolongado, do trabalho incerto e inconstante sobre os tempos e espaços da vida social, bem como, de que forma essa nova realidade do trabalho interfere nas referências entre trabalho e moradia e o cotidiano das relações sociais dos indivíduos e suas famílias. Para a autora, esta experiência vivida pelos indivíduos e seus grupos familiares altera a condição de viver na cidade. Segundo ela, a cidade ganha um outro traçado que vai se desenhando, pela nova estrutura geográfica dos empregos e as novas polaridades e segmentações: dos reduzidos e seletivos empregos estáveis e bem remunerados e as múltiplas formas de

empregos precários entre o mercado formal e informal, entre os nichos da economia globalizada e as iniciativas locais das tradicionais atividades de sobrevivência da economia popular.

Desde os anos 1990, percebemos os sinais de um novo cenário social das grandes cidades. O Brasil neste período entrou em sintonia com o capitalismo contemporâneo, promovendo a abertura do mercado interno aos capitais globalizados, reestruturação produtiva, acesso seletivo das novas tecnologias por grupos privilegiados, mudança nas práticas gerenciais, inclusive da gestão do Estado, flexibilização do contrato de trabalho e, em resumo, a implosão da chamada “norma fordista”, provocando o aumento do desemprego de longa duração, no aumento da informalidade e na precarização do trabalho. O nível de salário diminuiu de forma sistemática ao longo da década de 1990. Segundo a autora:

“Os novos padrões de funcionamento do mercado de trabalho trouxeram a quebra de uma estrutura ocupacional que, mal ou bem, durante décadas permitiu a integração de amplos contingentes de uma força de trabalho pouco ou nada qualificada, interrompendo o ciclo histórico de mobilidade ocupacional e social.” (Op. cit., p.57)

O que chama a atenção neste cenário urbano são as mudanças ocorridas na estrutura produtiva e no mercado de trabalho: onde ocorreu uma migração da base industrial para o setor de serviços, do trabalho assalariado para o trabalho informal, do emprego para o desemprego, dos sobrantes que transitam do mercado para uma indefinida situação entre atividades domésticas e a chamada economia de sobrevivência, caracterizada pela pauperização crescente.

4.4.

A Economia Solidária e Popular empreendimentos sociais produtivos: formas alternativas de geração de trabalho e renda²⁰

Tenho tido a oportunidade de conhecer iniciativas locais de empreendedorismo social produtivo, organizados por ONGs ou instituições, localizadas na Maré, Rocinha e Nova Iguaçu. Nessas minhas andanças tenho presenciado o dia a dia das pessoas envolvidas com estes empreendimentos, acompanhando as atividades de produção nas oficinas.

Estas iniciativas locais têm proporcionado um tipo de trabalho e renda para os moradores destas localidades. Boaventura Santos (2005: p.26) nos dá a dimensão da fragilidade de iniciativas como estas, que ele analisa da seguinte forma: *essas experiências e propostas são frágeis e incipientes*. No entanto, estas iniciativas têm o objetivo de garantir a sobrevivência dessas pessoas, que produzem para viver, que interpelam e ao mesmo tempo resistem à hegemonia da economia capitalista que opõe capital-trabalho; que se expressa de forma cruel no mercado; excluindo das oportunidades de trabalho as pessoas em condições desfavoráveis de acesso aos bens primários de cidadania: educação, saúde, habitação, segurança, previdência e assistência social. São pessoas que permanecem na periferia da cidadania. Não quero dizer com isso que é o mercado quem define ou não quem é cidadão, mas percebe-se que as pessoas com maior acesso aos bens coletivos de cidadania são aquelas com maiores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. É neste contexto de globalização, que uma parcela considerável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem ficado à margem do mercado de trabalho formal. Sobre este aspecto do acesso aos bens públicos, Boaventura destaca:

“A separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital.” (Op. cit., p.27)

²⁰ O conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social, na sua origem, de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo segundo Laville e Roustang (1999), tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil. Lechat (2002, p.123).

No convívio quase que diário com estes grupos, tenho constatado as transformações no mercado de trabalho, tornando-se dramática a vida para estas pessoas. Os grupos que acompanho são formados basicamente por mulheres que encontram dificuldades das mais diversas para conseguir um emprego no mercado formal de trabalho. Mais do que limitações pessoais de ter ou não alguma habilidade ou conhecimento específico, outros fatores como: a distância do local de moradia para os lugares onde existem oportunidades de emprego, a violência imposta por grupos armados nesses lugares, serviços precários de saúde e educação são constrangimentos que revelam uma desigualdade de oportunidade e do próprio papel do Estado de racionalizar oportunidades de acesso para os vários grupos sociais que disputam o acesso à cidade. É um desafio para o Estado ser o gestor dos interesses sociais, e regular o mercado que cada vez mais se torna autônomo e impõe condições excludentes aos menos capazes de acionar as liberdades e bens de cidadania para garantir sua participação na renda nacional.

Neste contexto atual de desemprego e de baixa capacidade do Estado de intervir nesta situação, as instituições locais e as ONGs têm assumido um papel na promoção de ações de cidadania social e de iniciativas de geração de trabalho e renda.

Surge daí o conceito de empreendedorismo social definido por Francisco Paulo de Melo Neto e César Froes como:

“Neste caso, o negócio vem a reboque do social e torna-se um subproduto dele. Não é mais o negócio que investe no social. Mas, o social que se “empresariza” e gera novos negócios que, por sua vez, garantem a sua sustentabilidade global e o desenvolvimento da comunidade em totalidade. É o que chamamos de “negócio do social”.”

“Nesta perspectiva, o empreendedorismo social, alicerçado nos valores da cidadania, surgiu como um avanço, uma nova proposta de desenvolvimento social. É algo que só pode ocorrer mediante a intermediação da sociedade, por ser esta o motor da atual ativação, em colaboração com a administração pública, e a principal responsável pelo direcionamento de comportamentos empreendedores.” (2002, pp. 16-17)

O conceito de empreendedorismo social não se restringe às ações ou projetos que geram trabalho e renda, são iniciativas comunitárias que têm por objetivo resolver algum problema local, sempre baseado no princípio participativo da sociedade civil organizada. Nestas experiências locais reforça-se a idéia de solidariedade e de cidadania social, onde os laços de parentesco, amizade e

vizinhança servem como elo de construção de organização de empreendimentos produtivos de autogestão e autosustentação. Estes empreendimentos sociais produtivos seguem os preceitos de uma empresa solidária: formada por trabalhadores, o lucro na operação deste tipo de empreendimento é dividido entre todos os trabalhadores que são proprietários iguais da empresa solidária, e não há separação entre meios de produção e trabalho.

Paul Singer (2005) argumenta que tanto no início do século XIX²¹, quanto no período da crise do trabalho de 1980, a economia solidária ressurgiu aqui no Brasil, como uma resposta ao fim do paradigma fordista e do estado de bem-estar social. Esta modalidade de organização produtiva visa principalmente agregar trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e da produção social da sua vida, em empreendimentos autogestionários. Este tipo de iniciativa tem um objetivo distinto da economia de mercado, que se baseia nos princípios do capitalismo, onde capital e trabalho estão dissociados. A solidariedade é um traço marcante que está incorporado na forma organizativa das pessoas que compõem o empreendimento solidário.

O ganho econômico não é o único princípio organizador do empreendimento, mas outras questões de natureza social, cultural e política também estão inseridas na organização do grupo.

França Filho e Laville têm como tese que o empreendimento solidário não deve se desvincular da realidade local onde ele está inserido:

“[...] para além da sua ação no mercado, cujo benefício social restringir-se-ia apenas ao grupo dos cooperados internos [...], a tendência do movimento é aquela de valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante a ênfase nos impactos da organização local.” (2004, p. 19)

Na interpretação dos autores, a participação voluntária e consciente do indivíduo no empreendimento quebra uma lógica de passividade e de assistência, fazendo deste indivíduo um agente social ativo na organização e funcionamento da atividade. Os grupos formados pelos princípios da economia solidária podem

²¹ “A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”. Singer (2005, p.24). No Brasil, em 2005, foi feito um mapeamento pela Secretaria Nacional de Economia Solidária ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, constatando a existência de cerca de 15 mil empreendimentos econômicos solidários nas 27 unidades federativas, com cerca de 1,5 milhão de trabalhadores (as). www.mte.gov.br.

ser entendidos de duas maneiras, porém sem serem excludentes: como estratégia de enfretamento do processo de exclusão social que afeta principalmente os trabalhadores desempregados, e/ou como uma nova forma de organização das forças populares nas estratégias de produção da sua própria sobrevivência, baseada na solidariedade. Os autores percebem neste movimento uma reação à ausência do Estado e também do próprio mercado de responder a necessidades imediatas do cotidiano dos cidadãos que são afetados por esta condição que se apresenta como nova na sua realidade. Os próprios cidadãos se organizam para resolver suas questões sem ficar esperando por uma solução externa. Se, por um lado, esta nova realidade revela a falência ou fracasso do Estado provedor e do capitalismo resolver pelo mercado as necessidades sociais, de igualdade e justiça; por um outro lado, revela que nesta nova forma de organização, a busca por solução mobiliza o espírito de solidariedade entre os cidadãos envolvidos, valorizando vínculos que no sistema capitalista foram suprimidos.

O termo economia solidária²², define um modo de produção onde os trabalhadores apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade do que na busca do lucro individual. Este modo de produção tira do anonimato inúmeras atividades e pessoas que estavam organizadas para manter sua sobrevivência.

A economia solidária se apresenta como uma alternativa dos excluídos socialmente do mercado de trabalho de restabelecer o vínculo social que o desemprego normalmente provoca. Desta forma, a economia solidária vai além da organização de uma atividade econômica de geração de trabalho e renda, ela articula outros significados que permeiam a cidadania, quero dizer, reconstitui por meio do trabalho o pertencimento social do indivíduo com a sociedade.

Gabriel Kraychete formula algumas questões que vêm ao encontro de nossa inquietação quanto ao que temos observado e acompanhado ao longo destes quase quatro anos de trabalho com os grupos das comunidades. O autor propõe a seguinte reflexão:

“Quais as expectativas que se vislumbram para essas economias dos setores populares face à lógica central do capitalismo hoje? Seria possível não apenas potencializar essa economia dos setores populares, mas também expandir e

²² “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade anônima”. Singer (2002, p.10).

desenvolver as relações assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça? Ou estes setores estariam, inapelavelmente, condenados a viver nas franjas do sistema?” (2000, p.16)

A partir desta reflexão o autor propõe quatro conclusões que podemos tomar como contribuição para uma maior reflexão a respeito das interrogações por ele colocadas: 1) esta economia dita dos setores populares se expressa de forma fragmentada e dispersa, necessitando de suporte econômico e social, que não existe no próprio movimento com capacidade de reprodução da experiência; 2) estas iniciativas extrapolam a organização econômica como objetivo, transcendem para valores outros que complementam a experiência de vida comunitária; 3) a experiência de uma economia popular contesta a dinâmica capitalista de mercado na visão liberal, e busca resistir à exclusão social que o desemprego vem causando a esta população, e 4) por último, esta economia provoca “uma redescoberta cidadã do trabalho”, não como idealização deste movimento, “mas de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia” (Op. cit., p.37).

Interessa-nos então compreender neste contexto esta nova forma de geração de trabalho e renda, onde algumas ONGs se destacam na gestão de projetos com este objetivo. Nossa hipótese nasce deste interesse, pois consideramos que estas formas alternativas de geração de trabalho e renda têm proporcionado para os participantes destes projetos, um tipo diferente de cidadania, uma “cidadania emergente” vinculada ao local de moradia e às instituições que a promove: um exemplo são as experiências que, a seguir estudaremos. Esta cidadania emergente é uma resposta e ao mesmo tempo uma forma de resistência dos mais pobres frente às políticas sociais ineficientes do Estado e à lógica excludente do mercado. Estas iniciativas ressaltam também uma identidade vinculada com o seu lugar de moradia, dada a necessidade de superar as discriminações e marginalização que esses lugares sofrem pela mídia, agentes públicos de segurança e de segregação social e econômica.

Segundo Gohn a cidadania é o ponto de diferenciação no moderno conflito social:

“Esse conflito diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral por meios políticos, econômicos ou sociais e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um status rico e integral de

cidadania. Isso significa que a cidadania, por ser um conjunto de direitos e obrigações, é um contrato social, que varia com o tempo. Esse contrato deve ser público e universal, não pode ser oferecido no mercado, e envolve os direitos civis – considerados decisivos no mundo moderno -, políticos e sociais. A pobreza persistente e o desemprego continuado por longos períodos são as novas questões da cidadania.” (2006, p. 289)

Para estabelecer um diálogo com o campo, apresentaremos o estudo de cinco experiências de iniciativa popular de geração de trabalho e renda, que também tem o objetivo de refazer os laços sociais perdidos pelo desemprego que atinge essas pessoas, na maioria mulheres.

1. GRUPO MARIAS MARÉ

O grupo é formado por oito artesãs e costureiras. Esta iniciativa nasceu a partir de uma oficina de técnicas artesanais e costura promovida pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm. Desta oficina foi organizado um grupo produtivo que recebeu apoio inicial da instituição para montar um ateliê, com algumas máquinas, algum recurso para comprar matéria-prima e apoio para participar em feiras e eventos. Neste caso, a ajuda inicial dada pela ONG foi importante para a constituição do grupo, que se beneficiou do capital relacional da instituição para conseguir se lançar no mercado e conseguir outros apoios, como o do Sebrae/RJ, do Sesi e da Infraero, entre outros. O grupo por si só não teria condições e capacidade para obter estes apoios, que possibilitaram sua participação em vários eventos.

Um aspecto importante é a identificação do grupo com a comunidade, o nome do grupo está se tornando um marca de produtos de moda e artesanato no mercado. E um fato importante é o apelo social que tem a marca: o grupo percebeu que reafirmar sua identidade com a comunidade da Maré tem um valor simbólico que insere o lugar na cidade a partir de uma outra perspectiva, quero dizer, nas páginas dos jornais na coluna de moda.

Por outro lado, as mulheres também ganham importância, pois passaram a ser reconhecidas como as Marias Maré. O nome do grupo hoje está associado a uma marca de moda e ao estilista Cocco Barçante, que trabalha com moda carioca expressando as imagens e sentimentos do Rio em uma parceria formada com o grupo.

Tanto a iniciativa da constituição do grupo é positiva quanto a parceria como estratégia de fortalecimento do grupo e de sua marca no mercado. Mas o grupo enfrenta enormes dificuldades de sustentabilidade, pois atualmente a ONG não oferece mais nenhum suporte ao grupo, além da cessão do espaço onde funciona o ateliê. A maior dificuldade é conseguir manter uma renda constante que possibilite um rendimento mensal para o grupo de mulheres. As dificuldades enfrentadas pelo grupo colocam em cheque a sua viabilidade de auto-gestão e de auto-sustentabilidade. Pois o grupo não tem condições de superar sozinho os desafios de estruturar um empreendimento ainda que de caráter e de fim social. O grupo tem uma meta desafiadora de conseguir uma renda mensal de dois salários mínimos para cada integrante. Atualmente as mulheres não conseguem ganhar mais do que $1/3$ do salário mínimo²³ por mês, isto é, quando conseguem esta renda.

Como eu disse, no início da formação do grupo o Ceasm cedeu um espaço para servir como ateliê e ajudou a consertar algumas máquinas antigas que as mulheres tinham ou receberam de doação. O grupo conseguiu, também doação de retalhos para confeccionar alguns produtos, pois ainda não dispõe de capital de giro para investir na compra de matéria prima e maquinário para manter uma produção maior.

Como o grupo é informal, as mulheres não conseguem recurso de microcrédito junto aos bancos estatais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), que oferecem taxas mais baixas que o, do Viva Créd e a da MicroInvest que oferecem micro crédito para empreendedores informais também. A taxa de 3,9% ao mês, a longo prazo se torna inviável para um pequeno negócio que não tem um giro de mercadoria muito rápido.

Por outro lado, a formalização do grupo em microempresa é onerosa, pois o custo de legalização de uma empresa chega a R\$ 1.500,00, e a escrituração

²³ Salário mínimo nominal: salário mínimo vigente = R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), agosto de 2008. Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada mês o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário = R\$ 2.025,99 (dois e vinte e cinco reais, e noventa e nove centavos). www.dieese.org.br.

mensal da documentação da empresa deve ser feita por um contador que cobra em média um salário mínimo por mês.

Em junho de 2006, o Sebrae/RJ realizou uma pesquisa com os grupos produtivos na Maré. Foi levantado que este grupo das Marias Maré, às vezes consegue uma receita mensal com as vendas de R\$ 500,00 para dividir entre as oito mulheres (R\$ 62,50 para cada uma). Nesta pesquisa foi levantado também como o grupo está estruturado, sua forma de gestão e planejamento, a qualidade dos produtos e o nível de qualificação profissional de suas integrantes. Verificou-se que, apesar da maioria das mulheres já terem trabalhado no ramo de confecção, elas desconhecem a relação direta com o mercado de moda, já que elas anteriormente apenas realizavam tarefas de produção. Agora cabe a estas mulheres pensar todo o processo de um empreendimento: organização do grupo, produção, venda, mercado, finanças, marketing, design, modelagem e etc. esses instrumentos que podem viabilizar a auto-sustentabilidade do negócio, o que torna o empreendimento mais vulnerável ainda. O grupo tem se articulado junto ao Sebrae/RJ na busca de consultoria e cursos com o objetivo de adquirir este conhecimento de gestão de negócio.

Outra dificuldade do grupo é o acesso a mercado que é muito restrito, pois o grupo depende de feiras e eventos, que são muito pontuais um final de semana ou no máximo uma semana. O grupo não tem clientes compradores, tais como, lojistas que possam manter encomendas constantes. Este fato torna o grupo instável na sua continuidade, pois as mulheres, que praticamente dependem da venda de seus produtos, desanimam e tentam conseguir uma outra fonte de renda: buscam fazer serviços de faxina ou venderem os mais diversos produtos como ambulante. Esta situação, por sua vez, impede que o grupo assuma o compromisso de um pedido que demande uma produção maior, pois existe a incerteza de poder contar efetivamente com o grupo todo.

A idade das oito mulheres que compõe o grupo varia entre 35 e 55 anos; todas já tiveram experiência com trabalho formal, mas ficaram desempregadas e tiveram dificuldades de retornar ao mercado. O nível de escolaridade está entre o ensino fundamental e o médio incompleto. Apenas uma delas tem aposentadoria por tempo de serviço. As outras ou não têm idade para se aposentar ou então não sabem como fazer para requerer o benefício. Elas não têm acesso a informação sobre seus direitos e se sentem incapazes de buscar informações que possam lhes

auxiliar neste sentido. Ficam esperando o esclarecimento de dúvidas por parte de alguém melhor informado.

Uma outra dificuldade que percebo na existência deste grupo está relacionada ao lugar onde elas moram. Na segunda feira, 30.07.2007, um dia após o encerramento dos Jogos Pan Americanos, a polícia voltou a sua rotina na favela, invadiu algumas comunidades do Complexo da Maré: Vila do João, Vila Pinheiro, Timbau e Baixa do Sapateiro, trocando tiros com os traficantes locais, causando terror aos moradores e mortes. Neste dia, elas estavam trabalhando numa coleção que seria levada para um evento patrocinado pelo Sebrae/RJ e pela Associação Brasileira de Indústria Têxtil – Abit: a Semana Internacional de Moda em Madri. Elas tiveram que fechar o ateliê às 15hs e saírem correndo para casa, pegando filhos e netos na escola. Um detalhe, elas se reúnem no ateliê de segunda à sexta-feira das 13h às 18h, pois neste o horário elas já terminaram o trabalho de casa e as crianças estão na escola.

Os efeitos do lugar sobre as condições de vida das pessoas que nele moram, neste caso, o moradores da Maré, são perversos, pois a instabilidade da segurança e a ausência de uma política pública de segurança que garanta o direito fundamental de ir e vir são diuturno. A forma como o Estado se relaciona com a favela determina o tipo de cidadania que se atribui aos moradores do lugar. Há a interdição da cidadania pela incursão violenta da polícia (atirando, prendendo suspeitos, matando supostos bandidos, invadindo casas) e pela existência dos grupos armados que controlam de forma violenta a vida das pessoas na favela. É um lugar à parte das regras legais que organizam a cidade, tornando a cidadania frágil e inconstante diante desta realidade.

Além de todas as dificuldades econômicas que estas mulheres enfrentam para conseguir manter uma condição precária de trabalho, elas sofrem ainda, assim como a maioria dos moradores da Maré, com a incapacidade do Estado de lhes garantir um bem primário de cidadania: liberdade de ir e vir no seu local de moradia, já que a Maré é um conjunto de 17 comunidades dominadas pelas três facções de tráfico de drogas e pela milícia. Não obstante, a polícia não oferece para esta população a garantia do seu direito como cidadão, muitas vezes agindo com igual ou maior violência que os grupos armados.

Trabalhar na Maré nos submete as regras do lugar. Um exemplo prático desta realidade: quando estou no ateliê das Maria Maré (Morro do Timbau), para

chegar ao ateliê das ceramistas (Vila do João), atravesso a passarela que corta a Linha Amarela que liga a Comunidade de Bento Ribeiro Dantas a Vila do João. Neste percurso por estas comunidades, atravesso também as fronteiras impostas pelas facções. Pelas paredes das comunidades vou identificando qual a facção que domina aquela área. As barreiras impostas pelas facções limitam a mobilidade dos moradores de uma comunidade para outra, muitos tem medo de sofrer alguma represália por parte do tráfico.

2. GRUPO CERAMICA NEGRA DA MARÉ

Este grupo, formado por quatro mulheres, é uma oficina de cerâmica ligada a Ação Comunitária do Brasil – ACB. Existe há cinco anos e também começou como uma oficina de capacitação no núcleo da ACB na Vila do João. Atualmente é mantido pela ONG, que paga um salário mínimo a cada artesã, cuja a função é manter uma produção mínima por mês e, duas vezes por semana, transmitir o ofício para um grupo de jovens aprendizes ligados ao programa Primeiro Emprego do Governo Federal.

A ACB tem buscado parcerias junto a várias instituições como Sebrae/RJ, Firjan e Centro de Design Rio, na tentativa de viabilizar a autosustentabilidade e a emancipação deste grupo, liberando a ONG do compromisso de financiar a oficina e do vínculo empregatício.

Diferentemente do que ocorre com as Marias Maré, este grupo tem todo apoio da ONG a qual está ligada, mas enfrenta outros problemas relacionados à sua manutenção. Como eu disse no início, o grupo funciona com recursos de projetos e a ONG capta recursos para financiar o custo de manutenção (salários, matéria-prima, ferramentas, máquinas e etc.). Este aspecto torna o grupo instável, pois ainda não foi possível criar uma relação de produção e venda com o mercado, o que poderia criar condições de sustentabilidade. O grupo depende de recursos de terceiros para se manter.

A intenção da ONG é que este grupo alcance um nível de organização e de acesso ao mercado que possibilite sua emancipação. Porém a condição como o grupo é mantido sob tutela da ONG, torna difícil que este objetivo seja alcançado, até porque as quatro artesãs têm muitas limitações quanto a gerir um negócio próprio. Elas mesmas reconhecem esta condição, e o fato de serem empregadas da ONG lhes dá segurança e garantias. Vai daí não haver desejo por parte delas de

mudar esta condição, pois entendem que ser empreendedoras do seu próprio negócio é um risco que elas não estão dispostas a correr.

Esta relação de trabalho que a ONG – ACB mantêm com elas, além de lhes garantir um salário mensal, também lhes permite uma boa flexibilidade no horário, o que lhes possibilita levar e buscar os filhos e netos na escola. Além disso, as crianças podem permanecer na ONG – no período em que não estão na escola - onde participam de vários projetos destinados a elas.

Em conversa informal com a Sra. Rita (56 anos), ela comentou: “em nenhum outro emprego eu poderia cuidar do meu neto como eu faço aqui, e eu estou pertinho de casa”. Rita tem tendinite e bursite, doenças que ela adquiriu quando trabalhava numa confecção. Ela continua costurando, fazendo roupa por encomenda, forma de complementar o salário que ganha na ACB.

Muitas destas iniciativas mantidas pelas ONGs têm proporcionado oportunidades para essas pessoas que certamente não conseguiriam um emprego com essas condições citadas pela Sra. Rita.

3. CENTRO DE VALORIZAÇÃO E APOIO DA MULHER - CAVAM

Fica no bairro Novo Olímpo – Km 32 da Estrada Velha de Madureira – uma líder do grupo procurou o Sebrae/RJ de Nova Iguaçu e pediu apoio para organizar o grupo para que elas possam participar de feiras e encontros de negócios.

Este grupo de mulheres está organizado em torno de um sentimento de solidariedade e de resistência, diante das dificuldades comuns que elas passam. Atualmente o grupo se encontra duas vezes por semana numa sala de aula do Ciep que existe no bairro. Nos dias dos encontros elas se confraternizam e também trocam conhecimento na produção de objetos de artesanato. Aquelas que conhecem alguma técnica repassam para as outras. Os produtos que são confeccionados são vendidos para parentes e amigos, ou em alguma feira quando elas conseguem participar.

Algumas das mulheres possuem máquinas de costura, o que possibilita a confecção de alguns produtos de costura. No entanto elas não têm um lugar próprio como sede ou ateliê do grupo. A matéria prima é fruto de doações que elas conseguem. Apesar de toda dificuldade financeira, o grupo criou uma caixinha de R\$ 2,00 por mês, por pessoa, para financiar a compra de material para fazer os

produtos e custear alguma outra despesa. O grupo também possui um livro caixa e um livro de ata, onde elas registram as ações realizadas por elas.

O grupo recebe o apoio da diretora do Ciep que permite que elas se reúnam numa sala de aula da escola. Com a exceção da escola neste bairro de Nova Iguaçu a ausência do Estado é clara, e este fato se agrava por não existir uma alternativa que possa suprir ou ao menos remediar a situação. Até mesmo as ONGs que atuam neste setor de geração de trabalho e renda, acabam se concentrando nas regiões de maior visibilidade, onde também estão as políticas sociais do Estado, contribuindo para uma lógica perversa de concentração das políticas de assistência.

Este grupo é extremamente frágil e apresenta pouquíssimas condições de se constituir como um grupo produtivo que possa gerar trabalho renda de forma sustentável para essas mulheres. Elas estão na periferia da periferia, o produto artesanal produzido por elas tem baixo valor agregado, não apresenta nenhum diferencial que possa interessar ao mercado. A possibilidade de formar um núcleo prestador de serviço na área de costura é pouca, pois, as mulheres estão desatualizadas nas técnicas modernas de confecção. Uma alternativa para aquelas mulheres seria ter o apoio de alguma ação do governo municipal na área de geração de trabalho e renda. Só a força de vontade delas não vai resolver um problema que é estrutural do mercado de trabalho, do qual elas estão “incapacitadas” de participar. No caso delas, tem que ser uma ação de política pública de inclusão social no mercado de trabalho. Este grupo de mulheres é vítima das transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho: Rubén Kztman observa que alguns setores vêm passando por uma rápida inovação tecnológica, reduzindo o número de trabalhadores nas indústrias, principalmente aqueles de baixa qualificação. O desemprego atinge principalmente os pobres; ressalta o autor, a não ser que políticas específicas sejam desenhadas para prevenir este fato, aumentará ainda mais a diferença entre o acesso ao mercado de trabalho entre os pobres e os não pobres (Kztman, 2001).

4. GRUPO TRAMA E RAIZ

Fui conhecer um outro projeto em Nova Iguaçu, no bairro Cerâmica, uma cooperativa de artesãs e costureiras: grupo Trama e Raiz. É fruto de uma iniciativa da ONG Brasil - Itália que possui sede em Nova Iguaçu e tem como principal

objetivo apoiar o desenvolvimento de jovens em situação de risco. Em agosto de 2005, a ONG iniciou cursos de capacitação para mães destes jovens e meninas já mais adolescentes. O centro de capacitação da ONG proporcionou cursos de corte e costura, tear, desfibramento da bananeira e outras habilidades técnicas. A iniciativa cresceu e se consolidou com as mulheres um grupo de produção. A ONG apoiou o grupo com a construção de um espaço de produção em um terreno vizinho à sede da ONG, legalizou a cooperativa, financiou capital de giro para a primeira produção e para compra do mobiliário e maquinário, basicamente máquinas de costura e teares manuais. Hoje, são 28 mulheres envolvidas com a produção. Destas, 16 trabalham diretamente no espaço produtivo e as outras em suas casas. Desfibram bananeira, fazem crochê, bordado, cortam e costuram. Os principais produtos são da linha de decoração e se concentram em almofadas e jogos americanos.

Em junho de 2007, este grupo apresentou uma novidade no Casa Cor, maior evento de decoração organizado por arquitetos, no qual o Sebrae participou de algumas edições. Neste evento o grupo decorou o Espaço Sebrae com um papel de parede revestido com fibra de bananeira. Foi um sucesso, que viabilizou um contrato de exclusividade com a empresa de decoração Orlean. O negócio realizado foi uma boa experiência para testar a capacidade do grupo de se relacionar com o mercado de decoração. O grupo esbarrou nos seus limites: estrutural e organizacional. No primeiro pedido feito pela empresa o grupo atrasou na entrega da encomenda. As mulheres da cooperativa não têm uma mentalidade empresarial, ainda funcionam com se fossem empregadas de alguma empresa.

Uma outra oportunidade de inserção no mercado foi no Fashion Business, em janeiro de 2008, quando o grupo apresentou alguns produtos de moda: bolsas e carteiras femininas. Teve uma boa aceitação, mas poucas encomendas. Mas o grupo fez um bom negócio com uma empresária que queria confeccionar duas mil bolsas para um seminário da Petrobras. A cooperativa aceitou a encomenda e conseguiu entregar as bolsas no prazo. O valor pago por cada peça é pouco, ainda assim as mulheres preferem ganhar pouco todo mês como uma renda certa. Talvez esta alternativa de prestar serviço para uma outra empresa maior, possa ser uma forma de criar sustentabilidade financeira para o grupo.

Apesar de todo apoio, o grupo enfrenta dificuldades de inserção no mercado, pois desconhecem os mecanismos de trânsito e negociação. A baixa

escolaridade das mulheres dificulta sua participação na gestão da cooperativa. É difícil para elas manterem a cooperativa funcionando sem a presença de uma pessoa mais qualificada à frente. Não obstante, é clara a necessidade de investir em um projeto de aumento de escolaridade dessas mulheres para que elas possam no futuro assumir a gestão da cooperativa e se tornarem empreendedoras autônomas.

Dois fatores são impactantes nos resultados referentes a este grupo: a baixa escolaridade e o desconhecimento dos instrumentos de gestão de um negócio. Estes fatores nem sempre são avaliados nas políticas de fomento ao empreendedorismo, quando muitos técnicos acham virtuoso o ambiente de negócios existentes em muitas favelas, achando o bastante disseminar a cultura empreendedora como solução para o desemprego.

5. GRUPO CABE MAIS UM

Minha próxima parada é na Rocinha. Entro pela Via Ápia, o comércio nesta rua é intenso e diversificado, inclusive o de drogas. O Balcão Sebrae fica no nº 8, na sede da Associação Comercial. Retomamos recentemente o trabalho com enfoque nos grupos comunitários com geração de renda. Nosso primeiro contato foi com a cooperativa de costureiras e artesãs “Cabe Mais Um”. A líder do grupo, dona Dilma, foi uma das fundadoras da CoopaRoca, a cooperativa mais famosa da Rocinha. Dona Dilma conta que se desvinculou da cooperativa porque discordava das idéias e propostas de trabalho implantadas no grupo.

O grupo atual que Dona Dilma coordena funciona na sede do Centro Comunitário Alegria das Crianças, localizado na Rua do Valão. Chegar até este local não é uma caminhada muito agradável. Entrando pelo Largo do Boiadeiro, lugar caótico, onde barracas de artigos diversos se misturam com várias outras oferecendo carne de porco; carros estacionados de qualquer jeito, as lojas tomando conta das calçadas. Seguimos na direção do Valão; logo de cara, nos deparamos com os jovens a serviço do tráfico; o local está constantemente molhado com água que escorre da encosta e que vaza das casas e prédios. Existe uma vala aberta neste lugar, vem daí o nome - Valão. Quando chove fica impossível entrar ou sair deste lugar, não dá para distinguir o que é a rua ou a vala.

Saímos da Rua do Valão e entramos num beco apertado ladeado por um comércio diversificado: farmácia, aviário, biroskas, salão de beleza, *lan house*, uma banca de jogo de bicho, etc. Chegamos ao centro comunitário onde a coordenadora, Clarice, nos recebe com um sorriso acolhedor: Zé Luiz há quanto tempo! – há uns dois anos eu não aparecia por lá. No centro comunitário funciona uma creche com subsidio da prefeitura. Clarice destinou uma sala para oficina de capacitação e produção. Neta sala também tem um espaço para exposição e venda dos produtos, inclusive de artesãos autônomos. Este centro comunitário faz parte do roteiro turístico da Rocinha.

Dona Dilma nos recebe com alegria e nos mostra vários produtos que o grupo está fazendo. Ela conta que as mulheres participantes grupo, oito, querem ter resultado imediato, pois, elas precisam de dinheiro para levar para casa no final do dia. É o ganho da sobrevivência diária. Das oito mulheres apenas duas trabalham exclusivamente no ateliê, as demais trabalham de doméstica e a atividade no grupo é complementar. A renda média para cada mulher gira em torno de R\$ 150,00 a R\$ 250,00. Porém, nem todo mês é possível ter esta renda. O grupo se sustenta pela produção e venda. As dificuldades na relação com o mercado são as mesmas dos outros grupos, em menor ou maior grau. Diferentemente das mulheres dos grupos da Maré e de Nova Iguaçu, as mulheres deste grupo da Rocinha conseguem com mais facilidade algum emprego de doméstica/diarista, pois elas estão na Zona Sul, bem próximas de uma demanda importante de empregadas domésticas, nos condomínios da Barra e outras regiões. Mas elas também apresentam um perfil social parecido com as outras; têm baixa escolaridade e pouca qualificação profissional.

Este grupo tem criado alguns produtos com uma identidade ligada à favela, mas a produção artesanal não gera renda suficiente para garantir um salário para as mulheres. Neste grupo também a alternativa pode ser de melhorar a qualificação profissional das mulheres, neste setor de confecção e o ateliê também oferecer a prestação de serviços para empresas maiores. Esta relação com o mercado pode ser a forma de criar sustentabilidade para o grupo se manter com uma renda contínua.